

Considerações teóricas sobre o cooperativismo, crédito e pequena agricultura

Vosnei da Silva*
Roseli Alves dos Santos**

Resumo

Este artigo traça algumas considerações teóricas acerca das características do capitalismo e das suas determinações sobre o cooperativismo e a distribuição do crédito (capital-dinheiro), com destaque na concessão do crédito rural para a classe dos pequenos produtores agropecuários. O papel industrial e bancário na extração e distribuição do crédito e a função deste com o objetivo da reprodução do capital em escala cada vez mais ampliada, hegemonizado pelo sistema financeiro. A manutenção através do Estado, da política de crédito com viés político, a modernização da produção e a necessidade da centralização, através da forma cooperativa, como mecanismo de sobrevivência econômica das classes sociais no campo.

Palavras-chave: Capitalismo; Cooperativismo; Crédito rural; Agricultura.

Theoretical considerations on the cooperative, credit and small agriculture

This article provides some theoretical considerations about the characteristics of capitalism and its determinations on the cooperativism and the distribution of credit (money-capital),

* Mestrando em Geografia pela UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão / Paraná (vosnei.silva@ifsc.edu.br).

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE (roseliasantos@gmail.com).

especially in providing rural credit for the class of small agricultural producers. The industrial and banking part in the extraction and distribution of credit and the purpose of this in order to the reproduction of capital in increasingly larger scale, hegemonized by the financial system. The maintenance through the State, the credit policy with political slant, the modernization of production and the need for centralization, through the cooperative as economic survival mechanism of social and farming classes.

Key words: Capitalism; Cooperatives; Rural credit; Agriculture.

Capitalismo, crédito e o capital-dinheiro

Para compreender melhor o objeto deste estudo, que neste caso é o cooperativismo de crédito, precisamos aprofundar a análise e desvendar quais são os processos ou mecanismos que lhes dão origem e suas implicações ou determinações. Por isso, partimos obviamente em suas determinações mais genéricas e essenciais, das bases materiais mais profundas, com a perspectiva de chegarmos à compreensão mais próxima da realidade deste objeto em particular.

O ordenamento geral de nossa sociedade se dá, fundamentalmente, pela lógica do capital, que apesar das diferentes formas que assume (industrial, comercial, bancário, etc.), é essencial ser entendido como uma relação social, ou seja, uma ordenação da vida socioeconômica que, baseada na propriedade privada, busca submeter tudo a seu alcance, espoliando o *sobre-trabalho* da grande massa de assalariados em benefício de uma pequena minoria (classes antagônicas). Neste sistema, o exercício do poder se dá através do dinheiro, a propriedade sobre essa mercadoria que se converteu no equivalente geral do intercâmbio capitalista, é o meio pelo qual se ordenam, hegemonicamente, as relações sociais, a produção e a distribuição da riqueza de uma dada sociedade. Deste modo, tendo como pressuposto a lógica da busca sempre crescente da lucratividade (apropriação privada de

mais dinheiro a cada investimento), levantamos a hipótese de que esse também será o determinante na concessão e emprego do crédito cooperativo, apesar da proposta de reforma e/ou correção das desigualdades socioeconômicas inerentes ao capitalismo.

A forma deste capital que estamos tratando, ou seja, o capital na forma de dinheiro é criado, assim como as demais formas de capital (com exceção da terra ou dos recursos disponibilizados pela natureza), pelo trabalho do homem. Assim, através da sua criação pelo trabalho e a partir da sua realização, ou seja, a comercialização da mercadoria e a conseqüente realização do valor, é que gera o sobretrabalho ou mais-valia, expresso na quantidade de trabalho não pago ao trabalhador (MARX, 1996). Portanto, ao realizar-se na esfera econômica, esse excedente é apropriado pelo capitalista e fica-lhe a disposição para acumulação, novos investimentos, etc. Como tratamos aqui do capital-dinheiro, a mercadoria ou equivalente universal, é obvio que boa parte da sociedade não a detém, ou seja, a própria condição de acumulação de um lado (dos capitalistas) pressupõe sua ausência ou pouca quantidade/mínimo indispensável de outro (dos trabalhadores em geral)¹. Nessa perspectiva, como a sociedade rege-se pelo capital (ao contrário do antigo regime, o feudal, que se regia pela propriedade oligárquica da terra), há muitas pessoas precisando de capital – especificamente de capital-dinheiro, mas não só, já que é este o meio pelo qual se pode adquirir qualquer outra mercadoria –, tanto para o consumo (compra de alimentos, móveis, etc.) como para empreendimento produtivo (terra, força de trabalho, ferramentas, máquinas, etc.). Este último também segue a lógica predominante em nossa sociedade, ou seja, terá que ser investido produtivamente alcançando uma determinada margem de lucro ao seu proprietário e essa margem de lucro de que falamos alcança-se,

¹ “O juro do capital-**dinheiro** emprestado é apenas uma parte do lucro; o lucro, seja do capital industrial seja do capital comercial, é apenas uma parte da mais-valia extraída na figura de trabalho não pago à classe operária pela classe dos capitalistas” (ENGELS, 1976, p. 19).

quer queira ou não, na medida em que se explora o sobretrabalho ou a mais-valia do empregado/trabalhador². Com muito mais propriedade, sobre os apontamentos feitos acima, recorremos a Hilferding (1985) para dar maior clareza à nossa exposição, em suas palavras:

A produção de lucro é tanto condição, como fim da produção capitalista. Sua produção, a produção da mais-valia, consubstanciada no mais-produto, é objetivamente determinada; o lucro se origina diretamente da relação econômica, da relação do capital, isto é, da separação dos meios de produção do trabalho e da oposição entre o capital e o trabalho assalariado; sua magnitude depende do novo valor que a classe operária produz com os meios de produção existentes e da divisão desse novo valor entre os capitalistas e a classe operária, que mais uma vez é determinada pelo valor da força de trabalho. (HILFERDING, 1985, p. 102).

Em outras palavras, uma dada quantidade de capital é adquirida e com ela busca-se alcançar uma quantidade que ultrapasse a anterior, isto é, que lhe faça render mais do que a quantidade solicitada, de modo a não apenas remunerar com juros o valor que foi concedido quanto fazer sobrar um *quantum* para a própria aquisição privada. Como este capital encontra-se nas mãos da burguesia, em especial na burguesia industrial, esta os deposita nos bancos, que os remunera pelo capital depositado, agindo ele mesmo (banco) como prestador de capital-dinheiro para aqueles que necessitam do mesmo. Essa maneira de ser tem seu único objetivo no lucro, radicalmente diferente do pressuposto da produção de mercadoria intercambiada por outras, tendo a

² “Em primeiro lugar, o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista” (MARX, 1996, p. 447).

mediação do dinheiro; na etapa moderna da acumulação capitalista a centralidade está na obtenção, sempre crescente de mais dinheiro, na sua reprodução em escala ampliada³. Para aqueles que intencionam adquiri-lo para consumo, procura-se verificar se tal “candidato” tem um trabalho que o possibilite pagar o empréstimo ou se for investir produtivamente, que tal empreendimento apresente minimamente a possibilidade de “dar certo” ou que seja viável economicamente. Aqueles que possuem as melhores condições de restituir o valor emprestado, garantindo o lucro bancário através dos juros, são os que têm maiores facilidades ou possibilidades de serem contemplados com os empréstimos de capital-dinheiro. E quem mais possui essas condições já são, por sua própria “natureza”, integrantes das classes possuidoras de propriedades ou bens, o que em certa medida quer dizer que, em sua maioria, pertencem às diversas camadas da burguesia, seja ela da grande, média ou pequena. Os trabalhadores assalariados ou aqueles que apenas possuem sua força de trabalho, como mercadoria de troca, é a classe que menos tem acesso ao capital disponível nos bancos, já que apresentam “instabilidade” para honrar seus compromissos financeiros.

Para resumir, podemos dizer que para se adquirir o capital-dinheiro disponibilizado pelos bancos, o indivíduo deve ou estar inserido na produção ou diríamos estar assalariado, o que é a mesma coisa que estar sob o jugo da exploração capitalista ou ter minimamente um empreendimento, capital ou pecúlio qualquer, que lhe possibilite através da exploração (ou não) de outrem, sanar suas dívidas com os bancos. Os juros cobrados pelos bancos são a forma que os mesmos criaram para obter seus lucros, ou seja, o lucro

³ “A reprodução simples implica o consumo improdutivo de toda a mais-valia pelos capitalistas (isto é, ela é totalmente gasta na compra de bens de consumo); a reprodução ampliada significa acumulação, ou seja, que uma determinada fração da mais-valia total é empregada para a aquisição de mais capital, variável e constante, de modo a aumentar a escala existente de produção” (BOTTOMORE, 2001, p. 321).

bancário é a remuneração pelo empréstimo da mercadoria dinheiro que os bancos detém. E o detém devido a sua capacidade e função de reunir os excedentes de capital dispersos em toda a sociedade, desde as grandes quantidades (extração da mais-valia na produção, comercialização, finanças, etc.) quanto nas menores frações (pequenas poupanças) e colocá-los a disposição do conjunto dos capitalistas para inversões produtivas⁴. Sobre estas características do sistema bancário, a análise de Claus Germer (1995) é bastante elucidativa:

Deste modo o sistema bancário, na medida que cresce paralelamente ao desenvolvimento do capitalismo, concentra em grandes blocos todas as frações monetárias, grandes e pequenas, dispersas em toda a economia, convertendo a maior parte do próprio meio circulante existente em capital monetário em potencial e convertendo este, em seu conjunto, em capital monetário emprestável ou capital portador de juros, ao mesmo tempo que reduz a um mínimo, em termos relativos, o volume de material monetário necessário para desempenhar as funções de capital monetário e de meio circulante. A ação do sistema bancário promove a aceleração e potencialização do processo de acumulação de capital, pois permite converter em capital produtivo – isto é, gerador de mais-valia – uma parte significativa das reservas monetárias existentes, que sem a sua intervenção não poderia funcionar nesta qualidade. (GERMER, 1995, p. 175).

Assim, o papel desempenhado pelos bancos é o de fomentador da economia capitalista, até mesmo quando a determinação inicial parta do Estado, tendo em vista este último utilizar-se do sistema bancário para pôr em movimento tudo que trata de seu aspecto econômico. Entretanto, Germer (1995) chama

⁴ “No sistema capitalista de produção, qualquer soma de dinheiro tem a capacidade de atuar como capital, ou seja, de render lucro, desde que seja colocada à disposição de capitalistas produtivos” (HILFERDING, 1985, p. 101).

a atenção para um fato importante, o de que não são os bancos os criadores das reservas monetárias que se encontram a sua disposição, mas sim estas já pressupõem o processo de reprodução do capital na esfera produtiva, com destaque para industrial que é à base de sustentação das outras demais esferas da economia. Apesar da necessidade da base material, ou em outras palavras na produção de mercadorias com valor de uso, a esfera do capital financeiro acabou-se por hegemonizar-se, subordinando as demais formas, como já alertava Lênin (2012) no início do século XX, quando apontava que os monopólios bancários, as exportações de capitais e as maquinações financeiras tinham ganhado proporções sem precedentes e estavam cada vez mais autônomas, elevando os ganhos dos países imperialistas.

Considerando que os indivíduos nesta sociedade pertencem a diferentes classes sociais, as quais se inserem por sua vez numa dada estrutura de produção e apropriação da riqueza socialmente produzida, poderíamos dizer que, basicamente ou em sua essência, as classes da burguesia e pequena burguesia e por um lado também a chamada classe média busca o capital-dinheiro para realizar investimentos produtivos (ou também financeiros), com a finalidade da acumulação de capital. Já as classes trabalhadoras, de modo geral, buscam ou usam o dinheiro não como capital, mas sim como meio de adquirir mais e/ou outras mercadorias que garantam a sua reprodução enquanto indivíduos e/ou grupo familiar. Desse modo o caráter que adquire o capital-dinheiro, em cada uma dessas classes é muito distinto, podendo haver, sem dúvida alguma, uma ou outra exceção, mas a generalidade entendemos ser fundamentalmente essa. Portanto, como estamos procurando falar em crédito, poderíamos dizer que a concessão de crédito para as diferentes classes da sociedade, visa a atender necessidades ou objetivos muitos distintos, os capitalistas (grandes ou pequenos) o buscam para ampliar ou dinamizar seus empreendimentos (ex: aquisição de terras, gado, máquinas, instalações, capital de giro, transporte da produção, tecnologia de ponta, pesquisa, exportação, etc.), os trabalhadores para garantir ou melhorar a sua condição de

existência ou sua reprodução imediata enquanto indivíduos (ex: móveis, imóveis, eletrodomésticos, pequenas ferramentas/máquinas, consumo de alimentos ou de vestuários, entre outros).

A centralidade desta discussão objetivou apontar a lógica geral do sistema, que subordina os demais aspectos socioeconômicos aos seus interesses de acumulação, sendo que o crédito, colocado na função de capital-dinheiro tende a ser um mecanismo que auxilia esse processo de apropriação privada pelo conjunto da classe capitalista, dada a lógica interna e dos aparatos (sociais, políticos, jurídicos, repressivos, etc.) que asseguram tal ordem vigente.

Cooperativismo e cooperativismo de crédito

Tratando sobre o cooperativismo, diremos que ele se constitui numa associação de pessoas que tem por objetivos mais imediatos, a melhora da sua condição econômica, ele se orienta basicamente na junção de forças de muitos pequenos empreendedores ou trabalhadores e que, ao serem somados, torna-se possível continuar competindo dentro do sistema capitalista sem cair, ou nas fileiras do proletariado ou nas da pauperização aguda. O cooperativismo enquanto tal, é uma criação recente na história, é produto da emergência da ordem capitalista, assim como os modernos sindicatos operários, como observou Kautsky:

O modo de produção capitalista é o único capaz de criar as condições prévias para o estabelecimento da cooperativa: ele gera uma classe de operários para a qual não existe a propriedade dos meios de produção em caráter pessoal; confere igualmente um caráter social ao processo de produção, além de contrastar ainda mais as diferenças que se observam entre a classe dos capitalistas e a dos trabalhadores assalariados, de modo a evidenciar a meta obrigatória da substituição da posse dos meios de produção, a necessidade de sua transferência das mãos do capitalista para o domínio da sociedade (KAUTSKY, 1986, p. 118).

Isso não invalida a existência das mais diversas formas de cooperação⁵ na história humana, muito pelo contrário, ele é um produto mais desenvolvido de todas as experiências do passado. No entanto, é importante destacar que, o cooperativismo enquanto nós o conhecemos é um produto recente, que se engendra essencialmente pelo advento do modo de produção capitalista. Assim, tal forma de organização socioeconômica, é uma característica que vingou muito particularmente nas classes que detém independente da quantidade e qualidade, algum tipo de meio de produção, constituindo uma exceção às cooperativas de trabalho e de serviços, o que nos levaria a hipótese de que tal empreendimento é algo mais próximo da burguesia ou da pequena burguesia ou a seus aspirantes (a burguesia através das sociedades anônimas, dos monopólios, etc.; e a pequena nas cooperativas de produtores, de comercialização, crédito, etc.).

Se fossemos extrapolar um pouco essa noção, também poderíamos dizer que o sindicalismo é uma forma de cooperação, entendendo essa última como uma noção que busca juntar as forças de indivíduos isolados e que agora agrupados/cooperados/sindicalizados, possuem uma força extraordinariamente maior que antes. No entanto, isso é meramente um “recurso didático”, já que cada uma dessas formas de organização social guarda a sua especificidade e seus objetivos, embora em muitos momentos nada impeça que se aliem, entre si ou mesmo com outros tipos de organização, em uma ação comum de interesses entre todos os envolvidos. Deste modo surgiram as mais diversas formas de cooperativismo, desde o de consumo, de produção, de crédito, de comercialização, entre outras. É importante destacar que o surgimento do cooperativismo deu-se na Inglaterra, país em que o desenvolvimento capitalista era o mais avançado daquele momento, ou seja, a primeira metade do século XIX. O ano de consagração dos empreendimentos cooperativos foi 1844, quando

⁵ É importante destacar a diferença entre os conceitos de *cooperação* e *cooperativismo*, pois muitas vezes eles têm aparecido como sinônimos um do outro. Para aprofundar, consultar: TESCH (2000).

tecelões de Rochdale (norte de Manchester) juntaram-se para dar forma à primeira cooperativa moderna, a qual foi capaz de reunir naquele momento e com sucesso, as experiências de cooperação anteriores e as ideias mais avançadas desse período, notadamente ela conciliou os ideais do Iluminismo e as do movimento socialista utópico. Este período de surgimento das cooperativas é extremamente rico, do ponto de vista das organizações e transformações sociais por que passam, não apenas a Inglaterra, mas a Europa como um todo. São dessa época tanto o movimento cooperativista, o movimento operário que vai da incipiente organização Ludista⁶ passando pelo Cartismo⁷ até chegar ao sindicalismo, é a época do surgimento e amadurecimento das ideias socialistas (primeiro utópico – Owen, Fourier e Saint-Simon –, e depois científico – Marx e Engels), também há a Revolução Industrial e seus bárbaros efeitos sobre os trabalhadores, os movimentos revolucionários de toda ordem, ou em outras palavras, este é um período de ebulição por todo o continente europeu, seja ele no plano econômico, político, trabalhista, cultural, etc. Portanto, o elemento de destaque que engendra o cooperativismo e outras organizações de trabalhadores, é a crescente pauperização que os castiga neste período e também as experiências organizativas anteriores, cujo componente ideológico deriva tanto os ideais Iluministas quanto o movimento socialista utópico.

O cooperativismo de crédito, que é o nosso enfoque central, vai ter um “nascimento” na Alemanha, embora como dissemos anteriormente, suas protoformas já tenham sido lançadas na Inglaterra. A diferença reside em que, sendo a Inglaterra o país de capitalismo mais avançado, essencialmente industrial, as formas de cooperativas que foram ali nascendo tinham um caráter muito maior de atender trabalhadores urbanos, aos artesãos, os quais demandavam cooperação nas áreas do trabalho, comercialização, produção, consumo, etc. Coisa diversa se passava na Alemanha, país em que o processo de industrialização é além de atrofiado também tardio em relação aos

⁶ Ver mais em Sandroni (p. 357, 1999).

⁷ Ver mais em Sandroni (p. 84, 1999).

demais países da Europa, portanto, na Alemanha, o maior florescimento se dá no âmbito do crédito, já que desse período em diante (1840), a industrialização alemã vai avançando e a grande população rural vai sendo expropriada e o cooperativismo de crédito será acionado para de certo modo frear este processo⁸. Não é por acaso que sua origem é entre os pequenos agricultores alemães, que constituíam a maioria dos agricultores, mas que além das condições climatológicas (estiagem, más colheitas, etc.), conviviam com a opressão dos grandes proprietários latifundiários (*os Junkers*) e que com o avanço capitalista se verão em situação ainda pior. As experiências pioneiras de crédito na Alemanha foram em 1850, com Hermann Schulze-Delitzsch (1808-1883), e Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888) em 1849/1854, que passaram a criar caixas de ajuda mútua entre os pequenos agricultores e artesãos, e que no decorrer do tempo vão se desenvolvendo até ficaram bastante conhecidas, sendo importadas para a Itália em 1866 por Luigi Luzzatti (1841-1927) e para o Canadá em 1901, por Alphonse Desjardins (1854-1920), além de muitos outros países (MLADENATZ, 2003).

É importante destacar que, nenhum desses empreendimentos cooperativos tinha por objetivo transformações estruturais na sociedade onde se desenvolveram, mas muito pelo contrário, a principal ideia era assegurar melhorias nas condições de vida destes pequenos agricultores, que constituíam a maioria da população rural, lembrando que, inicialmente tidos como uma ameaça (dada a força das ideias e ações do movimento socialista revolucionário e pela concorrência econômica) foram gradativamente sendo vistas, incorporadas e apoiadas com simpatia pela burguesia, pelos

⁸ A esse respeito diz Engels: “Mas, finalmente, o socialismo burguês e pequeno-burguês tem estado até agora fortemente representado na Alemanha. [...] A existência de uma tal orientação é completamente inevitável na Alemanha, o país da pequena burguesia *par excellence*, e num tempo em que o desenvolvimento industrial arranca de forma violenta e maciça as raízes a esta pequena-burguesia há tanto tempo enraizada” (ENGELS, 1976, p. 3).

filantropos e pelo clero. Kautsky (1986), analisando as mudanças na agricultura sob o capitalismo, comprova através do estudo rigoroso, a decadência dos pequenos estabelecimentos rurais e a sua luta pela sobrevivência econômica, ao mesmo tempo em que comprova a superioridade da grande produção sobre a pequena. O autor vai dizer que a via cooperativa proporciona uma série de vantagens de que pode se beneficiar o pequeno estabelecimento, melhorar seus métodos, produtividade, etc., mas é categórico em afirmar que tal via é positiva por racionalizar a pequena produção e que tal conduz a um aprofundamento do capitalismo no campo e não um caminho para o socialismo, sendo não uma alternativa de salvação do pequeno produtor, mas um fôlego a mais na competição capitalista. Kautsky se contrapôs ainda àqueles que veem na sobrevivência dos pequenos estabelecimentos rurais, uma “refutação do dogma marxista”, segundo a qual haveria a tendência ao desaparecimento do pequeno em favor do grande estabelecimento ou a concentração da produção tal qual se verifica na indústria. Uma das razões para a permanência do pequeno estabelecimento é justamente pela garantia do pilar capitalista da propriedade privada, a qual é tida pelo direito de forma naturalizada e sacramentadamente, fator de impedimento à expropriação direta. No entanto, Kautsky argumentará que não será por razões econômicas que permanecem a pequena burguesia no campo, mas pelo seu peso político. Segundo Kautsky, “As classes dominantes necessitam dessa gente; necessitam de uma larga faixa popular que sirva de base de sustentação à lei eleitoral, de uma classe que lhes sirva de escudo contra o proletariado crescente” (KAUTSKY, 1986, p. 127). Ainda sobre a questão da decadência do pequeno estabelecimento frente ao grande, tanto Kautsky (1986, p. 127-128) quanto Engels (1976), afirmam que a sobrevivência destes são arcadas pelos trabalhadores em geral, através dos subsídios a esta camada de pequenos produtores e que tal mecanismo ia contra os interesses do proletariado, já que tais subvenções guardariam um caráter privado contrapondo o caráter social dos custos. Tanto Engels quanto Kautsky assim se expressam a respeito:

Porém, para o burguês, e especialmente para o pequeno burguês, para eles, o crédito é uma questão importante e especialmente para o pequeno burguês seria uma bela coisa poder obter crédito a todo momento e, além disso, sem pagamentos de juros. [...] Coisas que interessam muito à burguesia mas só muito pouco aos operários [...]. (ENGELS, 1976, p. 20).

Não é às custas dos grandes estabelecimentos, mas é às custas dos trabalhadores que se pretende prolongar a vida dos pequenos estabelecimentos, seja por privilégios concedidos aos intermediários (às custas das cooperativas de consumo), ou por privilégios concedidos aos mestres das corporações (às custas dos aprendizes e dos oficiais), através de crédito barato, seguro barato e coisas semelhantes, às custas do contribuinte de impostos. (KAUTSKY, 1986, p. 127-128).

Portanto, em grande medida a sustentação dessa forma de produção caduca, ou seja, que não é capaz de acompanhar o desenvolvimento de seu tempo é feita à custa de toda a sociedade, numa tentativa desenfreada de frear o desenvolvimento do modo de produção no campo. E aos mesmos objetivos juntam-se os grandes proprietários e a burguesia em geral, já que como aponta Kautsky, tal classe constituiria uma “barreira” a expansão do proletariado revolucionário. Assim, o caráter que adquire o cooperativismo sob a ordem do capital vai ao encontro mais de fortalecer a pequena burguesia⁹, numa clara contraposição ao

⁹ Uma melhor caracterização do que entendemos por pequena burguesia, é feita a nosso ver, na exata medida, nesta citação de Lênin: “No regime capitalista, o pequeno agricultor transforma-se, quer queira ou não, quer perceba ou não, num *produtor de mercadorias*. E é nessa modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor ainda não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num *pequeno-burguês*. *Ele vende o seu produto, o proletariado vende a sua força de trabalho*” (LÊNIN, 1980, p. 59 – *grifos meus*).

proletariado. A respeito da construção socialista na Rússia, Lênin deixa clara a necessidade da orientação e direção dos camponeses pela classe operária, já que a história dera mostras de como aquela classe havia dado sustentação a regimes reacionários, sobretudo em França (o país por excelência dos ideais progressistas), e que medidas deveriam ser tomadas para evitar coisas semelhantes na Rússia Soviética. Lênin dirá:

 Ou nós submetemos esse pequeno-burguês ao *nosso* controlo e ao *nosso* registro (poderemos fazê-lo se organizarmos os pobres, isto é, a maioria da população ou os semi-proletários, à volta da vanguarda proletária consciente), ou então ele derrubará o nosso poder operário, infalível e inelutavelmente, como o fizeram os Napoleão e os Cavaignac nascidos precisamente nesse terreno da pequena propriedade (LÊNIN apud LUNIAKOV; GONTCHAROV, 1975, p. 56).

Ao mesmo também devemos levar em conta que, mesmo com todas as contradições que se desencadeiam, a cooperativização dos pequenos agricultores, por mais incipiente que se apresente, pode ser considerada um fator progressista, já que se passa pouco a pouco da exploração individualizada para uma socialização maior, embora em seu âmago permaneça a contradição elementar básica: caráter coletivo/cooperativo de um lado e individual/privado de outro. Em muitos aspectos, como resalta Kautsky (1986), a cooperativização é um elemento de racionalização de sua pequena produção, ou em outras palavras, com esse tipo de associação o agricultor pode ter acesso ao que antes, isoladamente, dificilmente lhe seria possível, como máquinas, adubos, ferramentas, sementes selecionadas, entre outras tantas tecnologias no âmbito agropecuário. Deste modo, a cooperativa se coloca para o pequeno agricultor como um meio eficaz de melhorar seu empreendimento, atuando então como fator de progresso econômico, de melhoria das condições de produção, trabalho e mesmo de vida dos agricultores.

Considerações finais

Tratamos resumidamente sobre o crédito, cooperativismo e a pequena agricultura na sociedade capitalista, de modo que já há possibilidades de fazer algumas ponderações e levantar algumas hipóteses acerca destes dois fenômenos socioeconômicos, que se entrelaçam com outros e estes, por sua vez, com outros tantos. Como nosso foco central é o cooperativismo de crédito e a especificidade aqui está no grupo que o acessa, ou seja, nos pequenos agricultores – componentes da pequena burguesia rural e até mesmo dos semi-proletariado –, apresentamos algumas considerações sobre o assunto.

Primeiramente, levantamos a questão da origem do crédito, e ela reside, como vimos na primeira parte, da extração da mais-valia do trabalho operário, obtida no processo de produção industrial, basicamente, sem a exclusão das outras formas de produção (“isolada” ou pequena escala) e realização. Daqui, agora já apropriada à mais-valia na mão do capitalista, posta de lado uma parte para a nova reprodução do processo produtivo, os impostos, outros custos, etc., cabe-lhe ainda um dado valor, a acumulação, que de modo geral tende a seguir o destino dos bancos. Estes últimos, por sua vez, ao reunir todo o capital disperso na sociedade, disponibilizam essa massa de capital-dinheiro acumulado, para os mais diversos empreendimentos. Estas quantidades colocadas à disposição dos capitalistas podem ser chamadas de crédito, ou seja, uma dada quantidade de capital-dinheiro posta à disposição do capitalista individual ou coletivo (sociedade por ações), que retornarão aos bancos após determinado período de tempo, no qual se realiza o lucro bancário através dos juros. Tal crédito, apesar das mudanças nos últimos anos, segundo as quais se têm procurado “democratizar o crédito”, é colocado majoritariamente, a disposição dos capitalistas capazes não só de pagar o crédito adquirido e seus respectivos juros, mas que também possam ser capazes de obterem para si próprios uma margem de lucratividade ou um *quantum* a mais de valor. Assim, a disponibilização de

crédito, entendido este na perspectiva do capital-dinheiro, pelos bancos aos pequenos agricultores, nada mais é que a reunião de capitais dispersos na economia e direcionados para investimentos produtivos para esta classe. É importante lembrar que, a camada de produtores que obtém o crédito (capital-dinheiro) para dinamização ou expansão das suas atividades agrícolas, devem apresentar provas de que seus empreendimentos são viáveis, o que pode ser traduzido da seguinte maneira: seus empreendimentos econômicos devem ser capazes de gerar mais-valia – a qual só existe a partir da exploração da força de trabalho, podendo ser obtida, por outro lado, não apenas do trabalho operário, mas também pode materializar-se na auto-exploração¹⁰ do próprio agricultor e/ou de sua família, na medida em que seu trabalho é considerado/remunerado abaixo da média geral – que servirá não apenas para “honrar” seus compromissos bancários, como será capaz de lhe gerar um valor a mais para consumo próprio ou familiar.

Coisa semelhante se passa também quando o “fornecedor” do crédito (novamente aqui no caso dos pequenos agricultores, mas não apenas, considerando que o maior volume de recursos financeiros é apropriado pelos grandes produtores – grande burguesia agrária), personifica-se na instituição do Estado (burguês), através das políticas agrícolas, subsídios, isenções fiscais ou incentivos, etc. A origem do capital-dinheiro disponibilizado pelo mesmo provém da mesma fonte, ou seja, elas provêm da extração da mais-valia do trabalhador assalariado, embora passe por outras mediações que podem não ser necessariamente, como as do exemplo dado anteriormente. Neste caso, aliás, a um fator muito importante, que em geral se apresenta na forma de subsídios, o que nada mais é que a inversão de dinheiro público para determinado setor, classe ou política econômica, isto é, os custos destes subsídios distribuídos/socializados para toda a sociedade, embora seus

¹⁰ KAUTSKY (1986).

SILVA V. da & SANTOS, R.A. dos. Considerações teóricas sobre o

“beneficiários” ajam com o produto final especulativamente, buscando obter o maior preço no mercado, o que aqui não quer soar como uma condenação moral, mas tão somente uma explicitação de uma contradição entre o caráter público e privado presentes nestas relações de produção capitalistas.

Referências bibliográficas

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ENGELS, F. **Contribuição ao problema da habitação**. IN: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos – Vol. II**. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

GERMER, C. M. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito: o dinheiro segundo Marx**. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp, Campinas, 1995.

GERMER, C. M. **O capital bancário e a relação indústria-bancos na teoria de Marx**. Porto Alegre: Análise Econômica, ano 28, n. 53, p. 129-158, mar. 2010.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. 63 p.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 176 p.

SILVA V. da & SANTOS, R.A. dos. Considerações teóricas sobre o

LUNIAKOV, P.; GONTCHAROV, A. **Lénine e os camponeses**. Lisboa: Edições Avante!, 1975.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural/Círculo do Livro, 1996.

MLADENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília: Editora Confedbras, 2003. 272 p.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 650 p.

TESCH, W. **Dicionário básico do cooperativismo**. Brasília: SESCOOP, 2000. 286 p.

Recebido em abril de 2015

Aceito em abril de 2016